

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/27898	36084/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCT - DC [APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

**Assunto:** Emissão de parecer ao pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública à Orquestra de Câmara do Distrito de Braga

A **Orquestra de Câmara do Distrito de Braga**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 399/2022, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, vem solicitar a emissão de parecer fundamentado desta Câmara Municipal, que lhe permita requerer o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, para instrução junto da Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministros, com vista à atribuição de Estatuto de Utilidade Pública, com o número do processo 2024/900.20.604/2375.

Alegando que «A obtenção do reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública reveste-se de enorme importância pelo potencial que pode gerar no futuro da requerente. A Orquestra do Distrito de Braga tem-se afirmado e consolidado como uma formação qualificada, reconhecida pelo público e pelos músicos que a integram, tendo já sido dirigida pelos principais jovens maestros portugueses».

Neste contexto, a Orquestra de Câmara do Distrito de Braga desenvolve a sua atividade em torno de várias valências, designadamente:

a) **Coro do Distrito de Braga**, «O recém-criado Coro do Distrito de Braga tem vindo a Coro do Distrito de Braga tem-se vindo a afirmar pela sua qualidade e profissionalismo artístico-musical, constituindo-se como uma formação que veio preencher um espaço vazio na nossa região.»



b) **Serviço Educativo**, materializado na criação do **Coro Participativo do Distrito de Braga**, «No seguimento da criação do Coro, a requerente lançou recentemente um novo projeto de oferta de um SERVIÇO EDUCATIVO, com valências dedicadas à comunidade, para incentivo do envolvimento e da fruição de todos, músicos e comunidade, desta arte tão nobre que é a música, que se materializou na criação do CORO PARTICIPATIVO DO DISTRITO DE BRAGA, o qual se apresentou pela primeira vez no Theatro Circo, no dia 8 de março de 2024, no concerto de celebração do Dia da Mulher, voltando a subir ao palco no concerto do dia 1 de julho, na Praça do Município, no âmbito da programação das celebrações dos 50 anos do 25 de abril.»

c) Projeto de criação de uma **Orquestra Jovem do Distrito de Braga**, «projeto destinado a jovens estudantes de música, que pretendam participar e desenvolver a sua prática orquestral, trabalhando repertórios desafiantes, com diferentes maestros, numa primeira fase, em formato de estágios ou residências evoluindo, posteriormente, para um formato de estrutura permanente. O primeiro estágio e apresentação pública do projeto está agendado para o final de novembro de 2024.»

d) **Projeto de Formação do Serviço Educativo**, «tem como objetivo suprir uma lacuna evidente e tem como destinatários todos os artistas em geral e músicos em particular e destina-se ainda a proporcionar o acesso a conhecimentos em diferentes áreas que têm impacto nas suas atividades, principalmente a do seu enquadramento jurídico, como a legislação laboral e a fiscalidade associada ao exercício da profissão, como trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria.»

e) **Projeto de recuperação do Património Musical**, «é uma área estratégica da atual direção e consiste na identificação e recuperação de partituras perdidas ou esquecidas nos diversos acervos existentes na nossa cidade. Este projeto já está em curso com trabalho feito pela nossa direção artística na biblioteca da Universidade Católica de Braga no âmbito do qual se procedeu à transcrição e apresentação da primeira obra, “Miserere” do compositor João Evangelista Pereira da Costa, estando em curso o processo de transcrição da segunda

obra, “Responsórios para as Matinas de Quarta-Feira Santa”, de Jerónimo Xavier Varella. Obra transcrita e apresentada está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=P\\_x0g9S3F1A](https://www.youtube.com/watch?v=P_x0g9S3F1A).»

f) Destaca-se, ainda, que «O SERVIÇO EDUCATIVO será, preferencialmente, financiado por apoios públicos e privados através da lei do mecenato e, por isso, a obtenção do estatuto de Utilidade Pública é determinante para se conseguir envolver o sector empresarial e, também, para poder usufruir de eventuais receitas oriundas da consignação do IRS. Não temos dúvidas de que o estatuto de Utilidade Pública será determinante e estruturante para a obtenção de fontes diversificadas de financiamento e sustentabilidade do projeto a médio e longo prazo.»



g) A entidade, refere ainda, que têm uma história de 32 anos e tem desenvolvido o seu trabalho de forma consistente, assente em passos seguros e no rigoroso cumprimento de todos os normativos legais.

O artigo 4º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, que aprova a Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, estabelece o seguinte:

«1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se fins relevantes para atribuição do estatuto de utilidade pública:

a) Aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral, ou de uma ou mais categorias de pessoas distintas dos seus associados, fundadores ou cooperadores, ou de pessoas com eles relacionadas, e que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte; ou

b) No caso das associações e das cooperativas:

i) Aqueles que se traduzam primariamente, mas não exclusivamente, no benefício dos seus associados ou cooperadores, desde que estejam compreendidos em algum dos setores referidos no número seguinte e se o número mínimo de associados ou de cooperadores determinado no artigo 7.º se encontrar verificado;

ii) Aqueles que se traduzam no benefício dos seus associados ou cooperadores, quando estes sejam pessoas coletivas, e desde que a atividade dos seus associados ou cooperadores esteja compreendida em algum dos setores referidos no número seguinte.

3 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública, na prossecução dos seus fins, devem atuar em algum dos seguintes setores:

a) Histórico, artístico ou cultural;

b) Desporto;

c) Desenvolvimento local;

d) Solidariedade social;

e) Ensino ou educação;

f) Cidadania, igualdade e não discriminação, defesa dos direitos humanos ou apoio humanitário;

g) Juventude;

h) Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;



- i) Saúde;
- j) Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e extinção de incêndios;
- k) Investigação científica, divulgação científica ou desenvolvimento tecnológico;
- l) Empreendedorismo, inovação ou desenvolvimento económico e social;
- m) Emprego ou proteção da profissão;
- n) Ambiente, património natural e qualidade de vida;
- o) Bem-estar animal;
- p) Habitação e urbanismo;
- q) Proteção do consumidor;
- r) Proteção de crianças, jovens, idosos ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade, física, psicológica, social ou económica;
- s) Políticas de família.

4 - O estatuto de utilidade pública não pode ser atribuído a pessoas coletivas que, na prossecução dos seus fins, atuem predominantemente, ainda que não de forma exclusiva, em algum dos seguintes setores:

- a) Político-partidário, incluindo associações e movimentos políticos;
- b) Sindical;
- c) Religioso, de culto ou de crença, incluindo a divulgação de doutrinas e filosofias de vida.»

**Neste sentido, considerando, como é público, que:**

- O estatuto de utilidade pública só pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local;
- Este estatuto visa incentivar o associativismo, dotando-o de alguns meios para a valorização e expansão da sua atividade. A sua atribuição depende de requerimento da entidade interessada e da verificação cumulativa dos requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 9.º da Lei aplicável.
- A Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, é uma pessoa coletiva de direito privado, portadora do número de identificação fiscal 502 899 301, com sede provisória na Rua Engenheiro Afonso José Fonseca, n.11, 4715-123 S. Victor, Braga;



- Constituída por escritura pública em 05 de novembro de 1992, sob a direção artística do Maestro António Baptista, a associação tem por objeto, conforme o estipulado no artigo 3.º dos seus Estatutos, “a divulgação da música erudita, para cuja prossecução poderá realizar espectáculos, concertos e outras atividades, por si ou em associação com terceiros”;
- Os órgãos sociais da Orquestra de Câmara do Distrito de Braga são compostos por 13 elementos, para o quadriénio 2021-2025, distribuídos entre Assembleia Geral (Artigo 5.º dos Estatutos - 3 elementos), Direção (Artigo 6.º dos Estatutos, conforme alteração publicada no Diário da República – 3.º Série, de 10/03/1995 – 07 elementos) e Conselho Fiscal (Artigo 8.º dos Estatutos – 3 elementos);
- A Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, afirma-se como uma referência no panorama musical e cultural da região do Minho. A sua criação visou colmatar a escassez de oferta musical erudita no distrito, promovendo concertos sinfónicos, récitas de ópera, atividades pedagógicas e a valorização de jovens músicos profissionais formados em instituições nacionais. Desde a sua fundação, a Orquestra, adotou um modelo de atuação itinerante, assegurando um acesso mais descentralizado e democrático à música clássica. Ao longo de três décadas de existência, e apesar dos desafios enfrentados nomeadamente no plano financeiro, manteve-se fiel à sua missão, renovando-se em 2021 com novos órgãos sociais e a redefinição da sua identidade institucional.
- A missão da Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, assenta numa prática artística plural, orientada pelo compromisso com a diversidade das linguagens musicais e no fortalecimento do tecido sociocultural do território. Este propósito concretiza-se através da conceção e implementação de iniciativas que encetam a valorização e a difusão da música erudita, incluindo concertos comemorativos, ações de valorização cultural e comunitária, serviço educativo e atividades de formação e capacitação musical;
- A entidade assegura uma atividade contínua e de intervenção no panorama cultural bracarense, promovendo iniciativas musicais que contribuem para o fortalecimento do sector artístico local, para a formação de públicos, no estímulo à excelência artística e no reforço da coesão cultural. Destacando-se, ainda, pelo seu compromisso com a inclusão social e pela aposta na acessibilidade, assegurando que a fruição cultural seja inclusiva e amplamente acessível à comunidade;
- A Orquestra de Câmara do Distrito de Braga tem vindo a desenvolver um projeto cultural estruturado, baseado num plano estratégico que visa a promoção e divulgação do património musical, afirmando-se como elemento agregador da identidade regional, contribuindo para a consolidação da coesão cultural e para o fortalecimento do sentimento de pertença da comunidade local.
- A Orquestra de Câmara do Distrito de Braga desempenha um papel determinante na dinamização do ecossistema cultural e artístico local. Através de uma programação diversificada que contribui para a ampliação da oferta cultural local, estimula a criatividade, promove o diálogo intercultural e reforça a diversidade cultural existente;



- O seu projeto cultural assume especial preponderância no estímulo ao sector cultural e artístico concelhio, criando um ambiente favorável à execução de práticas artísticas que asseguram o acesso à arte e cultura, bem como à aprendizagem e capacitação artística, permitindo potenciar o desenvolvimento do talento local e contribuir para a sustentabilidade artística e cultural do território;
- A Orquestra de Câmara do Distrito de Braga desempenha um papel relevante na divulgação e formação na música erudita, enquanto bem de valor patrimonial, essencial para a transmissão intergeracional de conhecimento. Simultaneamente, contribui para o desenvolvimento artístico dos seus elementos, promovendo a aprendizagem musical, bem como a integração e inclusão social e cultural;
- A entidade contribui, de igual forma, para a valorização do património musical e cultural da cidade, evidenciando a sua projeção enquanto território rico em história, tradições imateriais e expressão artística. Esta valorização reforça o sentimento de identidade e pertença da comunidade, promovendo simultaneamente a consciência sobre a importância da proteção do património e da preservação da memória musical;
- A Orquestra é uma entidade parceira e ativa nas iniciativas culturais promovidas pelo Município de Braga, nomeadamente em iniciativas de música erudita, participando nos programas como o Braga é Natal, Descentrar, Ares de Verão e em comemoração de efemérides: Dia Mundial da Música, Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e Ano Novo. Foi, igualmente, uma entidade beneficiada, ao abrigo do Código Regulamentar do Município de Braga, para o desenvolvimento de um projeto de interesse municipal na área da música erudita no ano de 2022;
- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, nas dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;
- A Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, merece, por essa razão, todo o reconhecimento pela comunidade, uma vez que, os fins que visa prosseguir são os fins e interesses públicos que são cometidos ao Estado e à própria Administração Pública, constituindo-se, pois, num aliado de elevado valor;
- Com objetivos bem definidos e uma atuação coesa, a Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, tem contribuído de forma relevante para a promoção cultural e para o desenvolvimento artístico de Braga, merecendo, por essa razão, todo o apoio e reconhecimento da comunidade, uma vez que os fins que visa prosseguir mais não são do que fins e interesses públicos, que são cometidos ao Estado e à própria Administração Pública, constituindo-se, pois, num aliado de valor imprescindível;

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal de Braga, emita parecer favorável à atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Orquestra de Câmara do Distrito de Braga,



pessoa coletiva n.º 502 899 301 com sede na Rua Engenheiro Afonso José Fonseca, n.º 11, Braga (S. Victor), nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

